

RECENSÃO CRÍTICA



Mónica, Filomena. (2014). A sala de aula. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

LUÍSA SOLLÀ

luisa.solla@ese.ips.pt

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal

1. A educação é um assunto que suscita sempre interesse e intervenção pública. São um bom exemplo os vários blogs onde todos opinam porque viveram, ou vivem ainda, o “problema” da educação. As questões educativas entram regularmente nas nossas casas pela televisão marcam presença nos jornais com entrevistas a pais, professores, sindicalistas e diretores de escolas ou investigadores. Quase sempre porque há “problemas”. Ou referentes aos professores (concursos, avaliação, greves pelas mais variadas razões) ou referentes aos alunos (exames, agressões a professores e colegas etc.); ou à escola (más condições e carências várias; obras caras que não resultaram, etc.) Por essa razão e mesmo que não queiramos, os professores não são, hoje, os únicos que falam de educação. Infelizmente nem sempre pelas melhores razões.

Entrar nas salas de aula, observando “de dentro” o complexo ato educativo tem-se revelado uma metodologia de estudo de grande interesse para os investigadores. Mas não só para os investigadores. Também os jornalistas gostam de o fazer. Há reportagens em escolas que pretendem mostrar o que lá se passa. Bárbara Wong, jornalista, publicou em 2011 o livro *A minha sala de aula é uma trincheira*, cujo título é, por si só, esclarecedor da visão que se tem da escola nos nossos dias. Infelizmente parece corresponder a uma parte do que aí se passa. Mas não a tudo o que se passa e se vive nas

escolas portuguesas.

E o que mostra toda esta informação? Quase sempre desgraças! Com frequência me interrogo por que razão são escassas as reportagens sobre as boas práticas de algumas escolas, sobre as dificuldades que conseguem superar e como o fazem. Não seria interessante conhecer as escolas que frequentaram os jovens cientistas portugueses que são frequentemente premiados? Era sobre isto que gostaria de escrever. Ou seja, gostaria de poder partilhar com os leitores da revista Medi@ções a leitura de um livro, digamos, mais promissor de futuro. Infelizmente não é esse o caso de *A Sala de Aula*, de Maria Filomena Mónica (MFM). E apesar de não ser essa a intenção expressa pela autora, a sua leitura pode levar a pensar que o que nos é revelado corresponde a um retrato das escolas portuguesas.

2. Na leitura que fiz deste livro procurei ocupar o difícil ‘lugar do crítico’ que “ao iniciar a leitura, quer ir além das duas reacções que essa leitura pode provocar: adesão ou repúdio. Qualquer destas duas atitudes surge de uma relação com o texto que coloca em empatia ou oposição dois universos: o do leitor e o do autor”¹. Tendo sido eu própria professora e formadora de professores numa escola superior de educação, confesso que, por vezes, será difícil ir para além da fase ‘afetiva’ da leitura que se compraz em “suscitar

¹ Nuno Júdice, *ABC da crítica*, Dom Quixote, 2010, p.12

sentimentos”² em vez de estimular a sua compreensão e em alargar e aprofundar o debate que ela pode proporcionar. Como poderei não sentir que muito do que a autora refere me diz respeito, que interpela a minha experiência e conhecimento e que me atinge profundamente enquanto personagem oculta mas presente nesta narrativa? Veja-se, a este propósito, o que MFM escreve sobre as reformas educativas: “ Os resultados estão à vista: foram lançadas no mercado vagas de licenciados quase analfabetos. Isto para não falar da criação das escolas superiores de educação, que ensinavam, e ensinam, asneiras” (p. 23). Apesar de tudo, e sobre a formação ministrada pelas universidades, a linguagem de MFM é mais benevolente: “...se estão mal preparados é às Faculdades, onde ensinamos, que a culpa deve ser imputada.” (p.31), ou até reverente se considerarmos o uso de minúsculas para as primeiras e de maiúscula para as segundas!

Mas se a crítica “só existe porque existe a obra (...) o crítico tem de vencer a resistência que lhe é posta pelos seus afetos a entrar na obra liberto das impressões subjetivas, para que a possa ler inteligentemente.”³ Foi este o repto que lancei a mim própria tendo como objetivo principal que os professores e formadores de professores leiam a obra e a questionem apoiados no conhecimento que têm da realidade das escolas portuguesas.

² Idem, p. 13

3. Maria Filomena Mónica (MFM) é uma investigadora com obra conhecida e reconhecida em vários domínios, incluindo a educação, como ela própria refere com muita clareza: “ Mesmo depois de eu ter acabado a tese e de ter trocado a Sociologia pela História, continuei a interessar-me pelos debates sobre a educação. Matéria para me indignar não faltava. Os dislates pedagógicos cometidos por gente de esquerda (...) e de direita (...), estimulavam: chocava-me em particular, o facto de as reformas feitas em nome dos pobres acabarem por os prejudicar mais a eles do que a outros alunos” (p.19). Está explicado o interesse da autora pelos assuntos educativos.

O livro *A Sala de Aula* vem ainda na linha do que conhecemos das suas intervenções na imprensa e também por essa razão, em termos de conteúdo, o livro não traz muitas novidades.

4. Este livro está organizado em dez capítulos e mais três documentos de natureza variada. Ao longo de 267 páginas (sem os anexos), a autora apresenta-nos a sua visão crítica do sistema educativo em Portugal, desde o 25 de Abril. Escolheu como eixos de análise os temas que dão o título aos capítulos, alguns dos quais serão objeto do meu comentário.

A par da consulta de legislação e o recurso a informação teórica e outra, a informação apresentada e sujeita a análise no livro foi recolhida a partir de

³ Ibidem, 14

depoimentos e diários de professoras e alunas que, a pedido de MFM, se dispuseram a trabalhar com ela, protegidas pelo anonimato, como justifica a autora: “Com medo de eventuais processos disciplinares, no caso das primeiras, ou de retaliações académicas, no caso das segundas, usei pseudónimos” (p.9). Sendo comum o recurso a pseudónimos em investigações deste tipo, percebe-se mas estranha-se a dureza da justificação apresentada.

E porque não foram objeto de proteção as netas e o neto da autora?

Várias questões ocorrem. Vejamos: o que é relatado corresponde a observações feitas, descritas e publicadas sem a autorização dos visados: nem dos diretores das escolas, nem dos diretores de turma, nem dos pais dos alunos que são referenciados no livro. Também os professores cuja ação é relatada pelas alunas não souberam que estavam a ser alvo de um “estudo” com intenção de publicação posterior.

Quanto à escolha das informantes professoras, diz-nos MFM: “A escolha das diaristas não se baseou numa qualquer representatividade, mas tão-só na capacidade de, com base num guião por mim fornecido, as minhas colaboradoras serem capazes de observar o que as rodeia. Dado não se tratar de uma amostra aleatória - que exigiria outros meios financeiros -, o processo de seleção foi realizado através de uma rede de amigos e colegas” (p.26).

No que respeita às informantes alunas, elas foram também indicadas através de contactos pessoais da autora: “Infelizmente - para o que pretendia - eram

excelentes alunas, estando longe de ser representativas. Mas foi a única maneira de ter acesso não a gatafunhos mas a relatos articulados.” (p.30).

5. Vejamos então o conteúdo do livro. Os títulos escolhidos correspondem, no geral, ao conteúdo que nele é tratado embora muitas vezes a informação contida extravase o tema em análise ferindo a coesão e coerência dos capítulos e do livro. Por razões que explicarei não dedicarei igual atenção a todos os capítulos.

No capítulo 1- *A Sala de Aula* - MFM começa por nos mostrar o seu ponto de partida, eivado de um saudosismo esclarecedor: “As pessoas da minha geração tendem a pensar que a escola de hoje é igual à por elas frequentada no seu tempo, ignorando que muito se alterou. (...) Os pais e professores pertenciam à mesma classe social, pelo que ao entrarem no liceu, os meninos já tinham sido iniciados nas regras básicas da convivência. Não diziam palavrões, não cuspiam no chão, mal levantavam os olhos quando eram chamados ao quadro. Tendo isto em mente, compreende-se quão fácil era ser-se professor.” (...) E um dia chegou a Revolução de Abril.” (p.33) .

Segue-se uma referência rápida e ondulante a números (da Pordata) até chegarmos à escolaridade obrigatória de 12 anos e desembocarmos numa reflexão sensata: “Temos de nos lembrar, claro, que nenhum país europeu partira de tão baixo e que nenhum conseguira tanto em tão pouco tempo. Dito isto é altura de abordarmos a qualidade do ensino” (p.35).

E continua pela “entrada” na sala de aula através de “dois retratos, um fornecido por uma docente (...) e outro por uma aluna do secundário”. O primeiro retrato é de uma turma de 6º ano de 21 alunos, que a professora classifica de *case study*. Os alunos são descritos de uma forma variada e, como dizer, exótica. Do último se diz: “tem acompanhamento psiquiátrico e um perfil diagnosticado como anti-social de Q.I. elevado, ou seja, digo eu, é um potencial *serial killer*”! A descrição da turma é longa e termina dizendo: “sobram 11 ‘normais’ “. Vá lá!

O segundo retrato é feito por uma aluna sobre as aulas de uma das suas professoras da escola que, segundo MFM, é “um liceu maioritariamente frequentado por meninos ricos” (p.37). Falta-me coragem para citar mais do que isto: “Ninguém obedece, claro está. “ (p. 38). O que é relatado na longa descrição de uma aula em que ninguém aprende o que quer que seja, correspondendo à verdade, devia ser comunicado à Inspeção Geral de Educação para que alguma coisa se fizesse sobre tão desgraçada situação. Curiosamente, a aluna refere uma outra professora cujas aulas são apreciadas por todos os alunos. Mas a esta professora só são dedicadas umas poucas dez linhas, o que me faz pensar que os casos de sucesso não deviam fazer parte do guião de observação que MFM distribuiu às suas informantes.

O capítulo continua a tratar de mais alguns assuntos com a ligeireza habitual.

“No entanto, isto não nos deve levar a concluir que todas as escolas são ninhos de protodelinquentes⁴. Em muitas aulas os alunos portam-se bem” (p. 46). E termina como começou: “Sei que hoje, ao comparar a escola de hoje e a de ontem, posso cair na tentação de glorificar o passado. Nunca o fiz, e nunca o farei, porque ainda me lembro como era o mundo em que nasci.”. Mas o problema é que, mesmo que não queira, e acredito que seja sincera nesta sua afirmação, tudo o que escreve tem sempre como pano de fundo a escola da sua geração, como diz no início do capítulo.

Com os retratos que são feitos de vários alunos no capítulo 1, seria de pensar que o assunto “alunos” já estaria tratado. Não é bem assim. O capítulo 2, *Os Alunos*, MFM volta ao tema e cito: “tentaremos abordar os jovens de modo individual” ((p. 60).

Temos agora relatos sobre alunas cuja vivência pessoal, familiar e escolar, de sucesso e de insucesso, é relatada e comentada tanto pelas professoras que as conhecem como por MFM que opina: “O êxito escolar depende de tantos factores que é difícil, quer a pais quer a professores, entenderem o que leva alguns miúdos a serem bons e outros a serem maus.”(p.73). Em seguida, supostamente teoriza recorrendo a autores estrangeiros, como justifica:

⁴ Em referência ao livro já citado de Bárbara Wong

“Dado que em Portugal, não há escolas diferenciadas onde seja possível experimentar novos métodos, tenho de recorrer, mais uma vez, a obras estrangeiras” (p.74). Discorre sobre experiências de escolas inglesas e americanas (esquecendo que há escolas em Portugal com experiências de sucesso muito interessantes) e divaga, mais uma vez, entre o passado e o futuro, e sentencia: “Educar nunca foi fácil. Hoje, é-o cada vez menos.” (p.77).

Atribui às tecnologias, que hoje fazem parte das brincadeiras e das ocupações das crianças e jovens, a culpa das desgraças que assolam a sala de aula. Ou seja, partindo de episódios que as professoras relatam e que sabemos que existem, escreve: “É neste clima de diversão entremeada de desespero que os professores têm de ensinar” (p.77).

No capítulo 3- *Família e Comunidade* o frequente recurso a lugares comuns não suscita o diálogo com a autora. MFM começa com uma afirmação irrecusável: “Uma boa escola exige a participação da família...”. Mas em relação a Portugal, logo percebemos do que se trata pois a autora considera que a maioria dos pais portugueses delega na escola tudo o que diz respeito à instrução e educação dos seus filhos, rapidamente encontrando uma justificação: “os pobres não têm tempo nem cultura para acompanharem os estudos dos filhos, enquanto os ricos não têm paciência nem interesse por uma coisa tão enfadonha quanto a perguntar aos filhos, no final do dia, como decorreram as aulas.” (p. 85). Ficamos desde logo a saber o que a autora entende por participação da família: “perguntar como decorreram as aulas”

e tudo isto visto na perspetiva dos pobres e dos ricos!

Apesar de tudo li até ao fim mas não gostei da conclusão: “Convém relembrar, a terminar, que mesmo os pais com poucos recursos podem constituir bons exemplos. Os pobres são tão capazes quanto os ricos de transmitir valores, o que nos obriga a não equacionar pobreza com incapacidade moral, até porque, como disse no início, há pais ricos que não se ocupam dos filhos. (...). As elites estão a compreender, com atraso é certo, mas estão a fazê-lo, que um diploma é mais importante do que casar com a prima que mora ao lado.” (pp. 98-99).

Não farei qualquer comentário ao capítulo 4 (*Cursos Profissionais*) e ao capítulo 6 (*Um Estudo de Caso: a História*). Em ambos os casos por não me sentir habilitada para o fazer.

Naturalmente que é difícil discordar sempre do que MFM nos apresenta ao longo de todo o livro. Há sempre temas ou questões que nos suscitam adesão de princípio. Neste caso estão os capítulo 5 (sobre os *Exames*), 8 (sobre os *Sindicatos*) e 9 (sobre o *Ministério*).

Mesmo quando consideramos que MFM tem razão em muitos pontos, por exemplo, em relação à burocracia em excesso que é exigida aos professores e às escolas, à tipologia de algumas provas de exame que exagera no recurso a questionários demasiado fáceis ou inadequados, ou ainda ao papel dos sindicatos, é difícil de aceitar a sua tendência para descrever com demasiada simplicidade o que, como sabemos, é complexo, em resvalar para a opinião

fácil e não documentada e em usar linguagem pouco apropriada a um texto que pretende ser sério.

Não me alongarei sobre os capítulos *Avaliação dos docentes* (7) e *Os Professores* (10) pois aqui se agravaria bastante o risco de a minha interpretação entrar em rota de colisão com o que enuncio no início do meu texto: “o crítico tem de vencer a resistência que lhe é posta pelos seus afetos”. Por essa razão prefiro não me alongar no meu comentário. Escreverei apenas o seguinte:

No primeiro caso - *Avaliação dos docentes* - o tema mistura de forma leviana e inaceitável vários assuntos: avaliação dos professores (a situação é hoje diferente; o livro retoma esta questão no capítulo 10), *rankings* de escolas e considerações malévolas sobre a avaliação externa das escolas e os serviços de inspeção.

Quanto ao segundo - *Os Professores*. Tendo como inimigo principal o Ministério da Educação, MFM atira em várias direções: deambula entre vários assuntos, balança entre várias das suas ideias do que considera ser um bom professor, convoca diferentes autores (académicos, jornalistas), recorre à opinião das suas informantes e termina: “Os professores nunca tiveram um trabalho tão duro; e nunca foi tão importante fazer-lhes justiça”. (p.254).

6. Muitos dos temas aqui abordados, não sendo novos, são inequivo-

amente atuais e de interesse para professores, formadores, pais e educadores. Há muita literatura publicada em Portugal e de autores portugueses sobre estes assuntos. Claro que este livro acrescenta alguma coisa. Sobretudo a voz das professoras e das alunas. Mas sobre isso a questão que fica é a seguinte: como o guião que lhes foi fornecido não foi divulgado não temos a certeza de que o que ficou por dizer não pudesse também ter interesse para melhor se conhecer cada uma das suas salas de aula.

O comentário deste livro não é fácil para quem pretende, como eu, que o livro seja lido por quem trabalha em educação. Sei que muitos acham que não vale a pena polemizar a partir de discursos negativistas e catastrofistas sobre educação. Não concordo. Mantenho que é importante uma discussão mais alargada com os que se arrogam o direito de perorar e publicar sobre assuntos que não dominam, desvalorizando o trabalho de outros, muitas vezes seus pares, usando uma linguagem inadequada que não aceitariam dos seus alunos e desprezando os instrumentos teóricos e metodológicos que credibilizam o trabalho dos investigadores.

E isto apenas porque conquistaram e mantêm lugares cativos no palco educativo mediático do país. Seria interessante saber como o conseguiram. Em minha opinião e usando linguagem de escola secundária parece tratar-se de um caso em que os que têm material têm falta de presença e os que têm presença têm falta de material.